



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE QUALIFICAÇÃO DO TURISMO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900  
Telefone: - [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)

Processo nº 72031.006889/2019-09

**PLANO DE TRABALHO**  
**(5ª Reformulação)**

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED Nº 003/2019/MTur/UnB**

**1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPES**

<b>1.1. CONCEDENTE</b>				
<b>a) Órgão/Entidade</b>		<b>b) C N P J</b>		<b>c) Esfera administrativa</b>
Ministério do Turismo (MTur)		05.457.283/0002-08		Órgão Federal
<b>d) Representante</b>	<b>e) CPF</b>	<b>f) Carteira de identidade</b>		<b>g) Órgão expedidor/UF</b>
Fabio Augusto Oliveira Pinheiro	841.986.991-00	1692643		SSP/DF
<b>h) Cargo</b>	<b>i) Função</b>	<b>j) Matrícula</b>	<b>k) DDD/Telefone</b>	<b>l) E-mail</b>
Secretário	DAS 101.6	3199334	(61) 2023-7701	fabio.pinheiro@turismo.gov.br
<b>m) Endereço</b>		<b>n) Cidade</b>		<b>p) C E P</b>
Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º Andar, sala 258.		Brasília		70.065-900
<b>1.2. EXECUTOR</b>				
<b>a) Órgão/Entidade</b>		<b>b) C N P J</b>		<b>d) Esfera administrativa</b>
Universidade de Brasília (UnB)		00.038.174/0001-43		Órgão Federal
<b>c) U G</b>				

e) Representante	f) CPF	g) Carteira de Identidade			h) Órgão expedidor/UF
Márcia Abrahão Moura	334.590.531-00	960490			SSP/DF
i) Cargo	j) Função	k) Matrícula	l) DDD/Telefone		m) E-mail
Reitor	Prof. Magistério Superior	00145378	(61)3307- 2210/2600		<u>unb@unb.br</u>
n) Endereço	o) Cidade		p) U F		q) C E P
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Prédio da Reitoria	Brasília		DF		70.910-900

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1. TÍTULO DO PROJETO	2.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.	12 de dezembro de 2019.	01 de agosto de 2022.

### 2.3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

#### 2.3.1. DO OBJETO:

A pesquisa em tela tem como objeto a proposição de referenciais metodológicos para a implantação do Plano Nacional de Qualificação em Turismo (MTur, 2018) na base territorial – local e regional –, capacitando técnicos e gestores do processo de planejamento territorial garantindo que os princípios, premissas e proposições expressos na Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT) sejam concretizados.

O Plano Nacional de Qualificação em Turismo deverá expressar os princípios do entendimento da educação profissional como uma construção social e como um direito dos cidadãos, os quais se materializam em uma política pública que deve contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Soma-se aos princípios, a sua finalidade, a qual concebe a qualificação social e profissional de jovens e adultos do setor de turismo, com mais de 16 anos.

A educação e a qualificação profissional em turismo tornam possível o desenvolvimento territorial por sua externalidade, ou seja, por serem possibilidadoras de um ciclo virtuoso da elevação da escolaridade das comunidades, permitindo a diminuição da informalidade das ofertas de emprego e estimulando o associativismo. A política deve articular-se à Educação Básica, de qualidade, formadora de sujeitos autônomos, protagonistas de cidadania ativa, à um projeto de desenvolvimento sustentável. Isso ocorre na perspectiva de que essa educação proporcione a emancipação humana e uma melhor preparação

técnica para o mundo do trabalho, em consonância com as revoluções científicas e tecnológicas. Para que isso ocorra, os princípios do trabalho: como ação humana, a educação continuada e emancipadora, devem ser garantidas no Plano Nacional de Qualificação em Turismo.

A Política Nacional de Qualificação no Turismo propõe a construção de Planos Territoriais, os quais são compostos de Programas e Projetos e Ações de Qualificação (**FIGURA 1**), que sejam capazes de articular a Política de Educação Profissional a partir das relações sociais de produção, da memória do território e das possibilidades de governança locais que identificam cada região turística.



**Figura 1: Política Nacional de Qualificação no Turismo**

O objeto da pesquisa aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional trata dos referenciais metodológicos que permitirão a construção de forma realística da Política Nacional de Qualificação no Turismo.

### 2.3.2. DA PROBLEMATIZAÇÃO

Os modelos abstrato-formais na aplicação de programas e projetos em qualificação profissional em Turismo os quais se descuidaram de ter presentes diagnósticos representativos, e atualizados, bem como o atendimento das demandas reais da base territorial, ao longo das últimas décadas, é o principal problema a ser enfrentado por uma Política Nacional de Qualificação no Turismo.

O documento das Diretrizes Nacionais de Qualificação Profissional em Turismo, elaborado em 2014, identificou os nós críticos dos projetos implantados ao longo de uma década na qualificação profissional em turismo. Dentre vários, destacam-se os métodos abstrato-formais nos cursos ofertados, a falta de definição de papéis entre os atores sociais e o MTur, a baixa qualidade pedagógica dos cursos,

o esvaziamento do papel educativo e formativo dos programas, exigências apenas formais de capacidades técnicas e pedagógicas das entidades executoras, a baixa integração dos programas de qualificação e formação propostos pelos então MTur, MEC, MDS, MTE, Sistema S e a Educação Formal oferecida. A pouca ênfase na elevação da escolaridade dos participantes, somado a diagnósticos frágeis e pouco atualizados diante do contexto do turismo local (para melhor adaptação às realidades) e, por fim, a baixa presença de modelos de avaliação, monitoramento de processo e indicadores de eficácia foram o somatório das causas do baixo impacto na ampliação do ciclo virtuoso das comunidades envolvidas.

Os nós críticos indicativos da pouca eficácia da política de qualificação até então adotada pelo MTur, durante os anos de 2004 a 2014, motivaram a elaboração da Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação do Turismo Nacional (2016), que teve como objetivo investigar o porquê da manutenção dos nós críticos, em várias regiões turísticas, apesar dos diferentes projetos de qualificação implantados. Os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de uma política pública com princípios, finalidades e premissas que dessem a envergadura e estrutura organizacional que só uma política de Estado pode conter e garantir. Sobre estes fundamentos foi elaborada Política Nacional de Qualificação no Turismo (2018), apontando a importância metodológica da participação dos entes envolvidos no processo, desde o diagnóstico até a elaboração dos cursos nas bases territoriais.

O MTur como responsável pela implantação da Política Nacional de Qualificação no Turismo alicerça-se, nesta empreitada, a qual só é possível a partir de uma rede de instituições educacionais, estabelecidas no território nacional, que pesquisam e ensinam sobre turismo. A opção do trabalho em rede visa garantir a compreensão da realidade vivida abrangendo as diferentes realidades econômicas, culturais, políticas e sociais existentes nos territórios, recorte espacial que na pesquisa em tela, são os municípios pertencentes aos 30 Roteiros Estratégicos definidos pelo MTur. Para que isso ocorra de fato, e, assim, sair dos discursos bem intencionados para uma ação efetiva é necessário um planejamento com referenciais metodológicos adequados a estas diferentes realidades nacionais.

O tema qualificação na contemporaneidade insere-se como investigação social que implica em duas classes de problemas bastante diferentes: o estudo das leis gerais da vida social/grupal e o diagnóstico de situações específicas, o que significa dizer, obter a informação mediante um adequado conhecimento do mesmo, onde se insere o estudo proposto.

Sendo assim, almeja-se construir caminhos metodológicos com aplicabilidade real.

A pesquisa aplicada proposta contempla o conhecimento específico de uma situação concreta – qualificação em turismo e hospitalidade no território nacional- com o foco na organização setorial e fortalecimento da governança territorial do Turismo.

### **2.3.3. Do recorte espacial da investigação da “Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional”:**

Os territórios (Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil – Programa Investe Turismo) que serão contemplados pela pesquisa foram definidos e distribuídos por dois momentos:

- 1ª Fase (entre dezembro/2019 e setembro/2020);

- 2ª Fase (entre julho/2020 e março/2021); e
- 3ª Fase (outubro/2021 a novembro/2021).

Os critérios utilizados para definição dos territórios que serão contemplados pela pesquisa em 1ª Fase foram:

- Territórios pertencentes às Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil – Programa Investe Turismo; e
- Territórios que possuam instituições de ensino pertencentes à Rede de Pesquisa formada durante a Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação em Turismo, contemplando minimamente um roteiro em cada uma das 05 regiões do Brasil

As **8 Rotas Turísticas estratégicas** e **55 municípios** correspondentes serão contemplados na 1ª Fase destacados a seguir:

**Tabela 1: Recorte espacial - Rotas Turísticas Estratégicas da primeira fase**

MACRORREGIÃO	ROTA TURÍSTICA ESTRATÉGICA	UF	MUNICÍPIOS
<b>1ª FASE DA PESQUISA</b>			
Centro-Oeste	Brasília e Chapada dos Veadeiros	DF	<b>Brasília</b>
		GO	Alto Paraíso de Goiás (e Vila de São Jorge)
		GO	Cavalcante
	Goiânia, Pirenópolis e Goiás	GO	<b>Goiânia</b>
		GO	Pirenópolis
		GO	Goiás
Norte	Belém, Ilha do Marajó, Santarém e Alter do Chão	PA	<b>Belém</b>
		PA	Salvaterra
		PA	Soure
		PA	Santarém (e vilas de Alter do Chão e Ponta de Pedras)
		PA	Belterra (Flona do Tapajós)
Nordeste	Teresina e Serra da Capivara	PI	<b>Teresina</b>
		PI	São Raimundo Nonato (Serra da Capivara)
		PI	Santa Cruz dos Milagres

	PI	Pedro II*
	RN	<b>Natal</b>
	RN	Parnamirim
	RN	Extremoz
	RN	Maxaranguape
	RN	São Miguel do Gostoso
	RN	Touros
	RN	Tibau do Sul (e Praia da Pipa e Praia do Amor)
	RN	Galinhos
	RN	Baia Formosa
Sudeste	MG	<b>Belo Horizonte</b>
	MG	Brumadinho
	MG	Diamantina
	MG	Ouro Preto
	MG	Mariana
	MG	Sabará
	MG	Congonhas
	MG	São João del Rey
	MG	Tiradentes
Rio de Janeiro Imperial	RJ	<b>Rio de Janeiro</b>
	RJ	Petrópolis
	RJ	Nova Friburgo
	RJ	Teresópolis
	RJ	Angra dos Reis
	RJ	Niterói **
	RJ	São Gonçalo **
	RJ	Duque de Caxias **

	RJ	Nova Iguaçu **
	RJ	Belford Roxo **
	RJ	Itaboraí **
	RJ	Mesquita **
	RJ	Japeri **
	RJ	Magé **
	RJ	Nilópolis **
	RJ	Seropédica **
	RJ	Queimados **
	RJ	Itaguaí **
Sul	PR	<b>Curitiba</b>
	PR	Morretes
	PR	Paranaguá
	PR	Foz do Iguaçu

\*Município incluso devido sua relevância no ecológico.

\*\* Municípios acrescentados estrategicamente às Rotas Turísticas, já na 1ª Fase, visando o complemento de informações sobre os trabalhadores em Turismo, pois são nestes municípios que residem aqueles que trabalham em turismo no Rio de Janeiro.

As demais, **22 rotas turísticas estratégicas** e **117 municípios** correspondentes, serão contemplados na 2ª Fase da pesquisa, e são destacados a seguir:

**Tabela 2: Recorte espacial - Rotas Turísticas Estratégicas da segunda fase**

MACRORREGIÃO	ROTA TURÍSTICA ESTRATÉGICA	UF	MUNICÍPIOS
<b>2ª FASE DA PESQUISA</b>			
Centro-Oeste	Pantanal Norte e Chapada dos Guimarães	MT	Cuiabá
		MT	Chapada dos Guimarães
		MT	Nobres
		MT	Cáceres
		MT	Poconé

	Rota Pantanal Sul e Bonito	MS	<b>Campo Grande</b>
		MS	Bonito
		MS	Bodoquena
		MS	Jardim
		MS	Aquidauana
		MS	Corumbá
		MS	Miranda
Norte	Manaus e Polo Amazônico	AM	<b>Manaus</b>
		AM	Novo Airão
		AM	Presidente Figueiredo
	Palmas e Jalapão	TO	<b>Palmas</b>
		TO	Mateiros
		TO	Ponte Alta do Tocantins
		TO	São Félix do Tocantins
	Boa Vista e Monte Roraima	RR	<b>Boa Vista</b>
		RR	Pacaraima
	Macapá	AP	<b>Macapá</b>
	Rio Branco	AC	<b>Rio Branco</b>
	Porto Velho e Guajará-Mirim	RO	<b>Porto Velho</b>
		RO	Guajará-Mirim
Nordeste	Maceió e Costa dos Corais	AL	<b>Maceió</b>
		AL	Barra de Santo Antônio
		AL	Japaratinga
		AL	Porto de Pedras
		AL	Maragogi
		AL	São Miguel dos Milagres
	Aracaju e Cânions do São Francisco	SE	<b>Aracaju</b>
		SE	São Cristóvão

	SE	Laranjeiras
	SE	Itabaiana
	SE	Estâncio
	SE	Canindé de São Francisco
Recife, Olinda e Porto de Galinhas	PE	<b>Recife</b>
	PE	Olinda
	PE	Ilha de Itamaracá
	PE	Igarassu
	PE	Tamandaré
	PE	Ipojuca (Porto de Galinhas)
Fernando de Noronha	PE	Fernando de Noronha
Salvador e Morro de São Paulo	BA	<b>Salvador</b>
	BA	Mata de São João (Praia do Forte)
	BA	Cairu (e Morro de São Paulo e Boipeba)
Costa do Descobrimento	BA	Porto Seguro (e Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva)
	BA	Santa Cruz Cabrália
Rota das Emoções	CE	<b>Fortaleza</b>
	CE	Trairi
	CE	Jijoca de Jericoacoara
	CE	Camocim
	CE	Cruz
	CE	Barroquinha
	CE	Chaval
	MA	<b>São Luís</b>
	MA	Barreirinhas (Lençóis Maranhenses, Vilarejo Atins)
	MA	Santo Amaro do Maranhão
	MA	Araioses

		MA	Tutóia
		MA	Paulino Neves
		PI	Parnaíba
		PI	Cajueiro da Praia
		PI	Ilha Grande
		PI	Luís Correia
	João Pessoa e Litoral	PB	<b>João Pessoa</b>
		PB	Conde
		PB	Cabedelo
Sudeste	Vitória e Montanhas Capixabas	ES	<b>Vitória</b>
		ES	Guarapari
		ES	Vila Velha
		ES	Venda Nova do Imigrante
		ES	Domingos Martins
	São Paulo e Litoral Norte	SP	<b>São Paulo</b>
		SP	Ilhabela
		SP	Bertioga
		SP	Ubatuba
		SP	Caraguatatuba
		SP	São Sebastião
Sul	Costa do Sol – Região dos Lagos	RJ	Armação dos Búzios
		RJ	Arraial do Cabo
		RJ	Cabo Frio
		RJ	Rio das Ostras
		RJ	Saquarema
		RJ	Paraty
	Porto Alegre e Serra Gaúcha	RS	Gramado
		RS	Canela

	RS	Nova Petrópolis
	RS	Bento Gonçalves
	RS	Caxias do Sul
	RS	São Francisco de Paula
	RS	Garibaldi
	RS	São José dos Ausentes
	RS	Jaquirana
	RS	Cambará do Sul
Porto Alegre e Missões	RS	<b>Porto Alegre</b>
	RS	São Miguel das Missões
Serra-Mar Catarinense	SC	<b>Florianópolis</b>
	SC	Lages
	SC	São Joaquim
	SC	Urubici
	SC	Palhoça
	SC	Garopaba
	SC	Imbituba
	SC	Laguna
	SC	Balneário Camboriú
	SC	Bombinhas
	SC	Penha
	SC	Porto Belo
	SC	Blumenau
	SC	Brusque
	SC	Itajaí
	SC	Timbó
	SC	Pomerode
	SC	São Francisco do Sul

**Tabela 3: Recorte Espacial - Rota Estratégica Turística - Plano de Governo**

MACRORREGIÃO	ROTA TURÍSTICA ESTRATÉGICA	UF	MUNICÍPIOS
<b>2ª FASE DA PESQUISA</b>			
Nordeste	Plano de Governo	MA	Alcântara

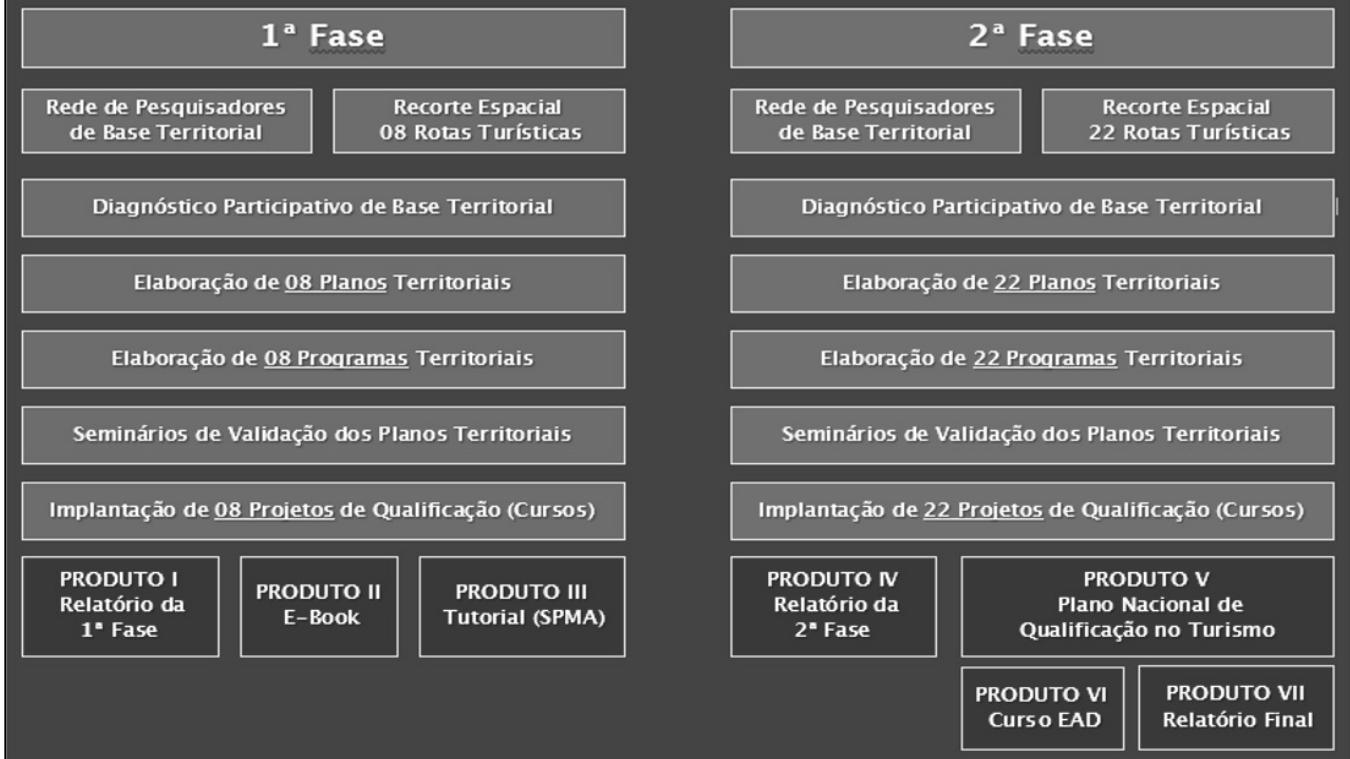
### 2.3.4. DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

A pesquisa aplicada: **Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional** será de caráter aplicado, pois a construção metodológica dos processos de planejamento se processará no cenário real.

Um grupo de técnicos, gestores de organizações públicas e privadas vinculados ao Turismo, conforme cada base territorial, construirão metodologias de planejamento que possibilitem a qualidade na implantação do Plano Nacional de Qualificação em Turismo, tendo os pesquisadores das IES como mediadores e sistematizadores do referido processo. O resultado do processo da metodologia participativa na construção de diagnósticos territoriais, da demanda e oferta, para qualificação profissional em Turismo permitirá subsidiar de forma concreta, para cada localidade envolvida, os procedimentos de planificação mais adequados a fim de implantar os princípios, proposições, e objetivos do PNQTur em programas e projetos de base territorial.

Nas metodologias construídas para a implantação do programa de qualificação dos profissionais para o Turismo deverão ser dimensionadas as necessidades de desenvolvimento e formação profissional em relação à qualidade; metodologias; conteúdos pedagógicos e quantidade das estratégias de ensino; modalidades dos cursos; eixos estruturantes; público alvo; indicadores de monitoramento e avaliação para qualificação de trabalhadores na gestão pública, no setor privado do turismo e hospitalidade; e, na produção associada ao turismo e micro e pequenos empreendedores, no que se refere ao desenvolvimento econômico e socioprodutivo, induzidos pelas políticas públicas do setor, conforme dados extraídos na Pesquisa Avaliativa. O **fluxograma a seguir** apresenta de forma detalhada os processos que envolvem a investigação em tela. Na sequência são apresentadas de forma detalhada os processos desenvolvidos para alcançar o Plano Nacional de Qualificação em Turismo garantindo as relações territoriais estabelecidas em cada uma das 30 Rotas Turísticas Estratégicas.

# PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO



## 1<sup>a</sup> - Recomposição e ampliação da rede de pesquisadores com base territorial

Serão articulados 01 (uma) coordenação central do desenvolvimento da pesquisa, sob gestão do CET/UnB, com 5 (cinco) coordenações da aplicação da pesquisa, eleitas a partir da expertise em turismo, por existência de programas de pesquisa em turismo e/ou pesquisadores que venham trabalhando na temática (qualificação em turismo) nas instituições de ensino públicas nas 5 (cinco) regiões do país para a primeira fase conforme **tabela 1**. Para a segunda fase serão anexados pesquisadores e coordenações que contemplem a base territorial das demais 22 Rotas Turísticas Estratégicas, conforme **tabela 2**.

A formação da rede de pesquisadores interinstitucional visa também o suporte teórico metodológico necessário ao objetivo da pesquisa, como a validação das informações por sua relação direta ao objeto deste plano de trabalho.

### 1.1 – Construção da base territorial da pesquisa

Será definida a partir dos municípios pertencentes as 30 Rotas Turísticas Estratégicas indicados, no ano de 2019, pelo MTur e/ou que participaram da elaboração da Política Nacional de Qualificação no Turismo. Na primeira fase serão 08 Rotas Turísticas Estratégicas representativas das 5 regiões do país e que participaram da Pesquisa Nacional de Qualificação em Turismo. Em uma segunda fase as demais 22 Rotas Turísticas Estratégicas pautadas pelo MTur.

## 2<sup>a</sup> – Elaboração dos Planos Territoriais de Qualificação

**PLANO:** é o principal produto do planejamento. Configura-se como um documento no qual se reúnem a filosofia e as orientações básicas para o crescimento e desenvolvimento do objeto planejado. É o termo de caráter mais global entre todos, que expressam às linhas políticas básicas, fundamentais como premissas, princípios, fins, as prioridades derivadas dessas formulações, a indicação dos recursos consoantes a essas atividades, as estratégias de ação e o conjunto de meios e instrumentos que vão ser utilizados para alcançar as metas e objetivos propostos. Do ponto de vista da administração central, o PLANO tem por finalidade traçar o curso desejado e provável de desenvolvimento nacional ou do desenvolvimento de um setor (econômico, social, cultural, turístico). Um PLANO engloba programas e projetos, porém não se expressa somente por eles, isso se explica por uma razão fundamental: sua formulação deriva-se de propósitos e objetivos mais amplos que a mera soma de programas e projetos.

## **2.1 – Definição do recorte espacial dos Planos Territoriais**

Os Planos Territoriais de Qualificação serão desenvolvidos a partir das características de cada região identificada como prioridade articulando os municípios e Rotas Turísticas Estratégicas participantes.

Na primeira fase da pesquisa das 30 Rotas Turísticas Estratégicas, serão priorizadas 08 Rotas Turísticas Estratégicas correspondentes as 05 regiões do país, e sua articulação em rede, a partir da indicação dos pesquisadores responsáveis pertencentes as instituições de pesquisa. Na segunda fase serão contempladas demais 22 Rotas Turísticas Estratégicas.

## **2.2 – Elaboração da Metodologia para o Diagnóstico Participativo de Base Territorial:**

Conforme o recorte territorial, e, seus impactos na competitividade do destino turístico, será criada a metodologia mais adequada para cada uma das 05 (cinco) regiões. O estudo será feito por análise documental sobre a demanda e oferta de qualificação no território, tendo como banco de dados às informações construídas pela Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais da Qualificação do Turismo Nacional (2016) e pesquisas documentais complementares, em banco de dados das respectivas regiões presentes no MTur, MT, IBGE, Ipea, periódicos científicos, entre outros. O processo de sistematização será complementado pelos levantamentos de pesquisa de campo – grupo focal – para atualização e/ou criação de dados para os municípios, não investigados, na pesquisa anterior, mas que foram incluídos no recorte temporal deste objeto de ação.

## **2.3 – Elaboração da Metodologia para o Programa de Qualificação de Base Territorial:**

**PROGRAMA:** em sentido amplo, faz referência a um conjunto organizado, coerente e integrado de atividades, serviços e processos expressos num conjunto de projetos relacionados ou coordenados entre si, e que são de natureza similar. Os PROGRAMAS são documentos derivados do Plano, que detalham os delineamentos deste. Se o Plano é o documento e o produto que ocupa o lugar mais alto da hierarquia do Planejamento, os PROGRAMAS situam-se no lugar hierárquico seguinte. Pode-se afirmar que um programa operacionaliza um plano mediante a realização de ações orientadas a alcançar metas e objetivos num período determinado.

## **2.4 – Elaboração de Metodologias para os Projetos de Qualificação de Base Territorial:**

**PROJETO:** faz referência a um conjunto de atividades concretas, inter-relacionadas e coordenadas entre si, que se realizam com a finalidade de produzir certos bens e serviços capazes de satisfazer necessidades ou resolver problemas. Os PROJETOS se concretizam por um conjunto de atividades

organizadas e articuladas entre si, para alcançar determinadas metas e objetivos específicos. A diferença entre um PROGRAMA e um PROJETO reside na magnitude, diversidade e especificidade, levado em conta que um PROGRAMA está constituído por uma constelação ou um conjunto de PROJETOS. É nos PROJETOS que se materializa e concretiza o processo, ou seja, é neles que se comprova a efetividade do esforço de planejamento.

As estratégias adotadas pelo trabalho processual participativo se constituirão numa relação dialógica entre os atores da base regional e pesquisadores regionais e nacionais, com o intuito de recuperar e disseminar as formas de conhecimentos adquiridos pelo grupo, promovendo a aprendizagem organizacional como uma estratégia de fortalecimento institucional no sentido amplo. Visando desenvolver um arcabouço teórico-metodológico apropriado, para a implantação do Programa de Qualificação de Base Territorial, utilizar-se-á da técnica do grupo nominal – TGN, que é uma ferramenta de trabalho destinada a facilitar reuniões de pequenos grupos engajados na análise de um determinado problema na busca de tomada de decisão em coletivo, e que propicia a participação de todo grupo independente das características pessoais e funcionais de cada um.

As metodologias dos projetos de qualificação devem dar conta das temáticas emergentes e de inovação para o turismo local, sempre em consonância ao diagnóstico participativo quanto às demandas e as necessidades conjunturais das comunidades envolvidas.

### **3<sup>a</sup> - Elaboração do Diagnóstico Participativo de Base Territorial**

#### **3.1 – Identificação da OFERTA de qualificação profissional no território.**

##### **3.1.1 Realização de oficina de identificação da OFERTA:**

A oficina de identificação de oferta terá como metodologia a técnica de levantamento de dados por grupos focais. O objetivo do grupo focal é empregar técnicas de análise de conversação e se baseia amplamente em estruturações teóricas para a compreensão dos dados. O nível de detalhamento envolvido na análise provavelmente dependa, naturalmente, dos objetivos da pesquisa. Os atores participantes serão os representantes nas bases territoriais composto por IFES, IES, MEC, Sistema S, Terceiro Setor ofertantes de qualificação profissional em Turismo em cada região.

##### **3.1.2 Sistematização e interpretação dos dados sobre OFERTA em qualificação:**

A sistematização dos dados oriundos da oficina, pela técnica de grupos focais, e a análise documental dos achados serão trianguladas de forma a alcançar maior clareza e objetividade sobre o estado da arte da temática pesquisada.

##### **3.1.3 Elaboração do relatório sobre a OFERTA territorial:**

Análise e interpretação dos dados sobre a oferta territorial apontando os potenciais parceiros do Programa de Qualificação.

#### **3.2 – Identificação da DEMANDA de qualificação profissional no território**

##### **3.2.1 Realização de identificação da DEMANDA:**

A identificação de demandas terá como metodologia a técnica de levantamento de dados por grupos focais, oficinas. O objetivo do grupo focal é empregar técnicas de análise de conversação e se baseia amplamente em estruturações teóricas para a compreensão dos dados quantitativos e qualitativos de extratores de bancos de dados. É provável que o nível de detalhamento envolvido na análise dependa, naturalmente, dos objetivos da pesquisa. Os atores participantes serão os representantes nas bases territoriais composto por SETUR, Prefeitura Municipal, ABIH, ABRASEL, Sindicatos, ABAV, Conventions & Visitors Bureau,

ABETA, ABBTUR, BRAZTOA, Terceiro Setor, Observatório Nacional de Mercado de Trabalho, e demais entidades representativas do setor no território.

### **3.2.2 Sistematização e interpretação dos dados sobre DEMANDA em qualificação:**

A sistematização dos dados oriundos da oficina pela técnica de grupos focais e análise documental dos achados será triangulada de forma a alcançar mais clareza e objetividade sobre o estado da arte da temática pesquisada.

### **3.2.3 Elaboração do relatório sobre a DEMANDA territorial:**

Análise e interpretação dos dados sobre a demanda territorial indicando o público e apontando os potenciais parceiros do Programa de Qualificação.

## **3.3 – Observação participante das ações de qualificação no recorte territorial:**

### **3.3.1 Oficina de validação do Diagnóstico Preliminar de Base Territorial.**

Discussão e validação do Diagnóstico Participativo de Base Territorial.

## **4<sup>a</sup> - Elaboração dos CURSOS para o Programa de Qualificação Profissional em Turismo de Base Territorial.**

### **4.1 - Definição dos cursos de acordo com o diagnóstico elaborado para formação vocacional e profissional, atendendo aos princípios e proposições da PNQT.**

### **4.2 - Elaboração das propostas pedagógicas para um curso por Rota identificados conforme metodologias construtivistas.**

### **4.3 - Identificação da demanda para os cursos a serem criados.**

### **4.4 - Implementação dos pré-requisitos para o PROGRAMA de qualificação de base territorial:**

4.4.1 Elaboração das parcerias para execução dos cursos propostos;

4.4.2 Proposição de possíveis parcerias junto ao setor empresarial para inserção dos alunos no mercado de trabalho na forma de estágio profissional;

4.4.3 Elaboração do Tutorial para o Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos dados sistematizados na Pesquisa Aplicada com o suporte de TI do MTur.

### **4.5 – Seminário de Validação do PROGRAMA de Qualificação por território:**

4.5.1 Seminário de validação com os atores participantes do processo (demandantes e ofertantes, poder público, sociedade civil, pesquisadores e MTur), por regiões.

## **5<sup>a</sup> – Desenvolvimento do Projeto de Qualificação Profissional em Turismo de Base Territorial**

### **5.1 – Elaboração do PROJETO de Qualificação Profissional em Turismo de Base Territorial:**

5.1.1 Definição das ações do projeto identificado de acordo com as temáticas emergentes e/ou de inovação na base territorial;

5.1.2 Elaboração das metodologias para as ações do projeto conforme pedagogia construtivista;

5.1.3 Identificação da demanda para o projeto criado.

## **5.2 – Implantação do PROJETO de Qualificação de Base Territorial:**

- 5.2.1 Elaboração das parcerias para execução dos cursos propostos;
- 5.2.2 Implantação dos sistemas de monitoramento e avaliação de processos com o suporte de TI do MTur.

## **6ª – Validação do Plano de Qualificação por território**

### **6.1 – Seminário de Validação do PLANO de Qualificação por território:**

- 6.1.1 Seminários regionais com os atores participantes do processo (demandantes e ofertantes, poder público, sociedade civil, pesquisadores e MTur), por regiões;
- 6.1.2 Seminários Nacional com atores participantes da elaboração do plano, do programa e projetos de qualificação por território com objetivo de ampliar a participação dos representantes das 05 regiões e rotas, os quais, pela metodologia proposta de forma construtivista, avaliarão o processo e definirão formas de governança mais adequadas a sua realidade. Ação que também servirá como processo de monitoramento público do trabalho da rede dos pesquisadores e do Ministério do Turismo.

## **7ª - Triangulação dos dados**

Constitui-se no momento de reunir todas as partes: elementos da problemática, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos chave para fornecer uma interpretação coerente tendo em conta o questionamento inicial, reconstrução da textualidade da realidade.

O resultado deverá ser expresso em relatórios preliminares contendo o "estado da arte" do processo de construção das metodologias criadas para o plano, programa e projetos de qualificação na base territorial. As metodologias por serem construídas pelos representantes da base territorial e pesquisadores das IES poderão ser replicáveis, pois as práticas construídas serão sistematizadas e registradas em forma de documentos metodológicos, os quais poderão ser utilizados como roteiros de ações de planejamento continuadas.

## **8ª - Relatório Analítico da Pesquisa**

Relatório sobre as metodologias construídas a partir da dinâmica sócio-espacial de cada região/rota para o que deva ser um plano, programa e projetos de qualificação no turismo no território nacional.

## **9ª - Documento Final e Curso EAD**

Documento de referência com a metodologia de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT em formato de e-book. Curso em EAD sobre as metodologias de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT, com o objetivo de instrumentalizar os municípios não participantes da Pesquisa, de forma a serem integrados à Política de Qualificação.

## **10º - Resultados Previstos**

Como resultados previstos da **1ª Fase** desta pesquisa serão desenvolvidos, ao todo, 8 Planos Territoriais, 8 Programas de Qualificação em Turismo, e 8 Projetos (Cursos) alinhados com os respectivos Programas e em parceria com o setor privado e instituições de ensino locais, todos referentes às 8 Rotas Turísticas Estratégicas previamente definidas.

Para a 2ª Fase, espera-se desenvolver, ao todo, 22 Planos Territoriais, 22 Programas de Qualificação em Turismo, e 22 Projetos (Cursos) alinhados com os respectivos Programas e em parceria com o setor privado e instituições de ensino locais, todos referentes as 22 Rota<sup>s</sup> Turísticas Estratégicas previamente definidas.

## 2.4. JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

O processo contemporâneo da globalização exige cada vez mais, a governabilidade, comprometida com a garantia dos espaços da dignidade humana, para a ênfase nas práticas sociais da sustentabilidade, encontrando seu campo de ação na complexidade dos arranjos socioculturais e ambientais, processo que inclui necessariamente parceiros da esfera pública e privada, como no caso da implantação da Política Nacional de Turismo (MTur/2018-2022).

Em uma sociedade que cada vez mais valoriza o conhecimento, consequentemente as habilidades exigidas ao profissional de turismo tornaram-se mais complexas e múltiplas: como a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de expressão em seu idioma e em idiomas estrangeiros; o manejo das tecnologias de informação e comunicação, assim como de outros recursos tecnológicos; a percepção da necessidade constante de aperfeiçoamento profissional, do acompanhamento da evolução científica e tecnológica na área de atuação; e, a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares e intersetoriais para assim agir criativamente em diferentes contextos de sua atuação profissional na solução de problemas.

As formas de encaminhamento das aprendizagens na sociedade do conhecimento fundam-se a partir da inter-relação entre os sujeitos e o meio, o que exige novas didáticas de ensino que valorizem a resolução de problemas, buscando o equilíbrio entre a liberdade de criação e a autoridade do saber. A formação profissional deve ser concebida no seu sentido integrador o mais amplo possível conforme argumenta Cazalis (2007), "não se restringir a aquisição de saberes no sentido acadêmico, mas também incluir aquisição do saber-fazer, ou seja, habilidades profissionais somadas a um saber-ser ético e de comportamentos sociais solidários, unindo a formação à informação".

A qualidade da formação se dá de forma intrínseca, pelo respeito rigoroso ao estado dos conhecimentos e das exigências epistemológicas de uma ciência ou disciplina, ou seja, do saber em um nível científico da aprendizagem; e de forma extrínseca, pelo nível de pertinência ou importância da formação - aprendizagem, tanto para o estudante - trabalhador quanto para o meio (local, nacional, internacional), o que Cazalis (2007) indica como a qualidade relativa no tempo e no espaço.

A construção e realização de um Turismo Sustentável com desenvolvimento local é uma proposta de intervenção num espaço, num ambiente, num meio étnico territorializado que organiza suas estratégias econômicas nos dispositivos técnicos utilizados pelos grupos sociais, ou seja, nos sistemas de valores e nas formas de pensar e agir socialmente contribuindo, assim, para a objetivação de uma "nova ordem ecológica". Superar situações percebidas como problemáticas, como a qualificação profissional em Turismo, permite abordar os problemas em três dimensões: tipo de problema – que pode ser conceitual, empírico, comportamental ou societal; o nível de envolvimento – que pode ser individual, de grupo, da organização ou de toda a sociedade; e, o processo de resolução – que passa pela gênese do problema, o diagnóstico, a análise e a síntese.

No estudo realizado no ano de 2014 para a elaboração das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (MTUR, 2015) foi constatado que apesar dos esforços existentes para qualificação no setor do

turismo e hospitalidade no Brasil – por diversas instituições, com avanços consideráveis desde 2003, a partir da existência de um programa de qualificação, as ações obtiveram resultados pontuais e descontínuos, não permitindo ampliar a competitividade do produto Brasil e favorecendo parcialmente determinados setores da cadeia produtiva, o que não permitiu ampliar o ciclo virtuoso da formação e qualificação em relação a redistribuição dos benefícios sociais entre os municípios participantes dos programas federais de turismo.

O estudo levantou o questionamento sobre quais são os entraves para a implantação de uma política estatal de qualificação sistemática e eficaz, e porque a persistência dos problemas que ocorreram em determinados projetos de qualificação se reproduziria ao longo dos últimos anos.

Com a preocupação de investigar esse problema o MTur viabilizou uma pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do Turismo nacional para subsidiar a elaboração da Política Nacional de Qualificação (PNQT), lançada em 2018. A Política Nacional de Qualificação no Turismo tem como princípios o trabalho entendido como processo humano que exige reflexão-ação-decisão e deve permitir ao sujeito lidar com imprevistos, assim como exige habilidades técnicas: saberes sobre o ofício e relações produtivas compondo um itinerário formativo (incorporação de valores, crenças culturais e atitudes que perpassam o cotidiano). Também explora o princípio da educação continuada: processo amplo e ininterrupto que oferece condições variadas para a reorganização e sobrevivência do trabalhador diante das crises do mercado de trabalho. E, o princípio da educação emancipadora, que possibilita a inclusão socioprodutiva, a responsabilidade social e política, e, a interpretação e resolução de problemas.

Desta forma, a política de qualificação profissional é pensada como estratégia de integração, articulação das relações sociais de produção com as questões político-culturais, e, para tanto pautada por um projeto alternativo de desenvolvimento humano através considerando recursos como: aprendizagem ao longo da vida; formação em contexto real de trabalho; permissão para futuras mudanças de carreira; atenção às mulheres (formação e oportunidades de trabalho); incentivo: ações de formação pelos empregadores; garantia: direito dos trabalhadores (redução da informalidade); desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” (responder aos desafios das crises econômicas conjunturais); favorecer o entendimento da condição humana diante das ameaças ao planeta (processos ambientais, econômicos, ideológicos, sociais); e, pedagogia problematizadora: saberes acadêmicos X “saber-fazer” (ética e solidariedade).

Como ferramenta integradora, a articulação institucional busca unir as Políticas Públicas de Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento com os entes federativos que participam da política pública, de acordo com o inciso XIX, da Lei Nacional do Turismo (11.771/08), que estipula “promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho”. Também se torna relevante esta articulação para resgate da memória política da localidade, tentando trazer uma continuidade das ações com gestores com formação na área do Turismo, evitando, desta maneira, a atuação pontual pela lógica da política econômica dos megaeventos.

Ademais, a articulação entre todos os atores envolvidos, favorece para que a efetividade social e política do plano de qualificação de fato contribuam em longo prazo ao desenvolvimento dos municípios e regiões, já que ela se constitui num índice de avaliação qualitativa do desenvolvimento da Política Nacional de Qualificação Profissional em Turismo, que vai além dos critérios de eficiência (cumprimento de metas) e da eficácia (cumprimento de metas financeiras). Com uma postura ética de transparência na distribuição e uso dos recursos público, esse índice deve indicar o grau de integração entre as políticas de formação profissional, inclusão social e desenvolvimento. No intuito de atingir a

sua efetividade social, qualquer política de qualificação profissional deve ter como meta gerar oportunidades dignas de trabalho, emprego e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego, promovendo a inclusão social, a elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação e, a elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade do turismo nacional e das possibilidades de elevação do salário ou da renda dos trabalhadores em turismo.

Assim, é necessária uma melhora na qualidade dos cursos em articulação com a elevação da escolaridade. Um dos aspectos fundamentais da educação atual é aprender a religar e não apenas separar em análises disciplinares. Ao mesmo tempo é fundamental aprender a problematizar. Por isso, a estrutura curricular dos cursos de formação profissional deve abranger de forma integrada: conhecimentos básicos – comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos; raciocínio lógico-matemático; saúde e segurança no trabalho; educação ambiental, saberes sócio antropológico; direitos humanos, sociais e trabalhistas; relações interpessoais no trabalho, informação e orientação profissional; conhecimentos técnicos – processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos, sistemas de informação, novas tecnologias; conhecimentos de gestão – autogestão, associativismo, cooperativismo. Além desses conhecimentos deve considerar: itinerários formativos (etapas que compõem a organização da educação profissional) associados ao reconhecimento dos saberes dos trabalhadores; políticas afirmativas de gênero, etnia e geracional (diversidade); e, manutenção de um sistema de acreditação por “Associações de classe” e “Empresários” (visando certificação e normatização), postulado pela avaliação inserida nos cursos construídos de forma participativa com o setor empresarial. Para tanto, as Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são fundamentais com quadros profissionais – educadores com conhecimento (Turismo e Hospitalidade); sistemas pedagógicos/acompanhamento pedagógico: estudantes e concluintes; instalações físicas e de gestão/supervisão da execução; e, experiência comprovada nas temáticas.

Como as regiões tem diferentes realidades, é importante implantar o plano de qualificação de acordo com planos territoriais. A elaboração desses Planos precisa considerar a demanda por qualificação profissional, a partir das realidades evidenciadas na dinâmica encontrada em cada território alicerçado pela cultura da comunidade (necessidade de se adequar a realidade local) e a capacidade instalada do sistema educacional, a exemplo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme se evidenciou mais acima.

Os Planos Territoriais de Qualificação Profissional devem ser instrumentos para uma progressiva articulação e alinhamento da oferta e da demanda no território, se constituindo em um espaço de integração das Políticas Públicas de trabalho, emprego e renda, fundamentados em diagnóstico participativo e em processos de governança territoriais

Para isso, os programas de qualificação são uma oportunidade para uma articulação entre o Ministério do Turismo e outros órgãos federais a exemplo do Ministério da Educação, além de serem oportunidades para pessoas em condições de risco ou vulnerabilidade social para um despertar de novas possibilidades em suas vidas relacionadas ao setor de Turismo. Já foi constatado que nas realidades territoriais em que houve articulação entre os gestores públicos, as instituições ofertantes e a sociedade civil organizada, o diagnóstico das necessidades de qualificação foram apropriados, atendendo às expectativas, bem como o número de evasões foi bem menor, apontando assim caminhos possíveis para sua melhor estruturação.

Desta forma, os projetos e ações de qualificação devem atender às temáticas emergentes e de inovação para o turismo, orientando ações para públicos considerados prioritários, desenvolvendo

estudos, pesquisas, metodologias e tecnologias de formação e qualificação profissional para certificar e/ou normatizar atividades exercidas pelos trabalhadores.

Justifica-se, assim, essa proposta de Pesquisa Aplicada que tem como objeto a proposição de instrumentos metodológicos que melhor processem o Plano Nacional de Qualificação em Turismo/MTUR na base territorial – local e regional – capacitando técnicos e gestores do processo de planejamento territorial e garantindo as estratégias de implementação da Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT) a partir dos princípios, premissas e proposições nela expressos.

O resultado da Pesquisa em tela permitirá a implantação do Plano Nacional de Qualificação, que ocorrerá por meio da construção de Planos Territoriais nas 05 regiões do país (**Quadros 1 a 5**), que descrevem os níveis de abrangência), os quais são instrumentos estratégicos para uma progressiva articulação e alinhamento da oferta e da demanda no território, e poderão se constituir em ferramentas de integração das Políticas Públicas de trabalho, emprego e renda, visando à elevação da escolaridade e formalização de empregos, consequentemente gerando desenvolvimento econômico e social, integrador e sustentável.

### **Composição do Plano Nacional de Qualificação no Turismo segundo os seus níveis de abrangência territorial:**

#### **Quadro 1: Plano Territorial da Região Norte**



Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Macapá**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Rio Branco**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Porto Velho e Guajará-Mirim**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

## Quadro 2: Plano Territorial da Região Sudeste

### PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO

#### PLANO TERRITORIAL DA **REGIÃO SUDESTE**

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Belo Horizonte e Cidades Históricas de Minas**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Rio de Janeiro Imperial**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Costa do Sol – Região dos Lagos**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Vitória e Montanhas Capixabas**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **São Paulo e Litoral Norte**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

### Quadro 3: Plano Territorial da Região Centro-Oeste

#### PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO

##### PLANO TERRITORIAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Brasília e Chapada dos Veadeiros**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Goiânia, Pirenópolis e Goiás**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Pantanal Norte e Chapada dos Guimarães**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Rota Pantanal Sul e Bonito**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

#### PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO

##### PLANO TERRITORIAL DA REGIÃO SUL

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Corredor do**

## Iguáçu

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Porto Alegre e Serra Gaúcha**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Porto Alegre e Missões**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Serra – Mar Catarinense**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

## Quadro 5: Plano Territorial da Região Nordeste

### PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO

#### PLANO TERRITORIAL DA REGIÃO NORDESTE

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Teresina e Serra da Capivara**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Natal e Litoral**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Maceió e Costa dos Corais**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Aracajú e**

## Cânion do São Francisco

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Recife, Olinda e Porto de Galinhas**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Fernando de Noronha**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Salvador e Morro de São Paulo**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Costa do Descobrimento**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **Rota das Emoções**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

Programa de Qualificação em Turismo de Base Territorial: **João Pessoa e Litoral**

Projeto de Qualificação em Turismo de Base Territorial

## 2.5. DESCRIÇÃO DAS METAS/ETAPAS/AÇÕES A SEREM ATINGIDAS

**META 1 – ELABORAR REFERENCIAIS METODOLÓGICOS PARA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS, PROGRAMAS E PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO NACIONAL**

**Etapa 1.1 - Construção do Plano de Trabalho do Projeto da Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no**

## **Turismo Nacional.**

Ação 1.1.1 – Descrição das Etapas do Plano de Trabalho: definição do objeto, formulação da teoria do objeto, procedimentos, etapas e metodologias da Pesquisa Aplicada;

Ação 1.1.2 – Definição do recorte espacial da Pesquisa Aplicada (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Fases): identificação das regiões, dos municípios representativos do recorte espacial – Rotas Turísticas Estratégicas (MTur) participantes;

Ação 1.1.3 – Organização da Rede de Pesquisadores (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Fases): identificação das IES, pesquisadores e coordenações regionais correspondentes ao recorte espacial.

Ação 1.1.4 – Definição das etapas de construção dos Diagnósticos participativos de base territorial (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Fases);

Ação 1.1.5 – Estruturação das etapas para a criação dos Planos de qualificação de base territorial (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Fases).

**Etapa 1.2 - Construção da Metodologia de Implantação do Plano Nacional de Qualificação em Turismo.** As etapas metodológicas de implantação do PNQT serão construídas por um processo de reflexão-ação apropriado a cada região partindo de Diagnósticos Participativos de base territorial, articulação e alinhamento com as políticas públicas setoriais afins, estabelecimento de processos de governança territorial e delineamento de processos de planejamento, monitoramento, avaliação e divulgação, de acordo com as estratégias de implementação da Política Nacional de Qualificação no Turismo.

Ação 1.2.1 - Identificação da OFERTA e da DEMANDA de qualificação profissional no território para os Diagnósticos Participativos de Bases Territoriais (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.2.2 - Realização das Oficinas de identificação da OFERTA, por meio de Grupos Focais nas bases territoriais compostas por IFES, IES, MEC, Sistema S, Terceiro Setor, ofertantes de qualificação profissional (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.2.3 – Realização das Oficinas de identificação da DEMANDA, por meio de Grupos Focais nas bases territoriais composto por SETUR, Prefeitura Municipal, ABIH, ABRASEL, Sindicatos, ABAV, Conventions & Visitors Bureau, ABETA, ABBTUR, BRAZTOA, Terceiro Setor, Observatório Nacional de Mercado de Trabalho (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.2.4 – Triangulação dos dados e análise interpretativa da oferta e demanda das Oficinas realizadas nas 30 Rotas Estratégicas. Sistematização dos dados e análise elaboração do diagnóstico por base territorial e validação dos mesmos nas bases territoriais (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho). Validação do Diagnóstico Preliminar de Base Territorial. Aplicação do Método “11 passos para o planejamento estratégico participativo”. Discussão e validação do Diagnóstico Participativo de Base Territorial.

**Etapa 1.3 – Formação de Rede de Cooperação de qualificação profissional em turismo para a governança.**

Ação 1.3.1 - Construção da rede de cooperação entre as diferentes esferas (nacional, estadual e municipal) e intersetorial (público e privado) para estabelecimento da governança territorial. Organização de parcerias para implantação do programa de qualificação territorial para cada território (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

**Etapa 1.4 – Elaboração do PROGRAMA de Qualificação Profissional em Turismo de Base territorial.**

Ação 1.4.1 – Investigação e criação dos cursos de acordo com os Diagnósticos participativos elaborados para formação vocacional e profissional e princípios e proposições da PNQT

(conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.4.2 – Elaboração das propostas pedagógicas para os cursos identificados conforme metodologias construtivistas as quais serão parte dos Programas de Qualificação em Turismo ((conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.4.3 – Identificação da demanda para os cursos a serem criados;

Ação 1.4.4 – Implementação dos pré-requisitos para os PROGRAMAS de qualificação de base territorial. Elaboração das parcerias para execução dos cursos propostos. Criação de parcerias junto ao setor empresarial para inserção dos alunos no mercado de trabalho na forma de vivência profissional (estágio ou outras formas de transposição de experiência profissional);

Ação 1.4.5 – Seminário de Validação dos PROGRAMAS de Qualificação por território. Seminário com os atores participantes do processo (demandantes e ofertantes, poder público, sociedade civil, pesquisadores e MTur).

### **Etapa 1.5 - Elaboração e Implantação dos PROJETOS de Qualificação Profissional em Turismo de Base Territorial.**

Ação 1.5.1 – Definição a partir dos diagnósticos realizados de uma área de formação e território (município, unidade de conservação, rota turística) como “piloto” de qualificação profissional da comunidade e dos gestores envolvidos (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.5.2 – Definição das ações dos projetos identificados de acordo com as temáticas emergentes e de inovação na base territorial (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3. deste Plano de Trabalho);

Ação 1.5.3 – Elaboração das propostas pedagógicas construtivistas para os cursos identificados na base territorial, conforme metodologia construtivista;

Ação 1.5.4 – Identificação da demanda para os projetos criados (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho);

Ação 1.5.5 – Implantação dos PROJETOS de Qualificação de Base Territorial e elaboração das parcerias para execução dos cursos propostos.

### **Etapa 1.6 – Elaboração do Tutorial para o Sistema Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA).**

Ação 1.6.1 – Elaboração de um Documento contendo um Tutorial para a futura inserção dos dados sobre o Plano Nacional de qualificação em Turismo, a partir da implantação deste projeto de pesquisa aplicada, com a utilização dos INDICADORES do SPMA proposto na PNQT.

### **Etapa 1.7 – Seminário de Validação do PLANO de Qualificação em Turismo de Base Territorial.**

Ação 1.7.1 – Análise crítica da metodologia proposta para a elaboração e implantação da PNQT, com o objetivo de verificação da qualidade e de sua viabilidade (conforme o recorte espacial definido no item 2.3.3 deste Plano de Trabalho).

### **Etapa 1.8 – Capacitação do grupo de gestores do MTur.**

Ação 1.8.1 – Repasse metodológico para gestores do MTur do processo de construção da metodologia para os planos territoriais, programas e projetos que poderá ser replicado em nível nacional de acordo com as especificidades de cada região.

### **Etapa 1.9 – Elaboração de um e-book apresentando a metodologia de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT.**

Ação 1.9.1 – Criação e produção de um Documento de referência com a metodologia de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT em formato de e-book, construída na 1ª Fase da Pesquisa Aplicada.

Ação 1.9.2 – Diagramação e editoração do e-book.

**Etapa 1.10 – Elaboração do Relatório da 1ª Fase da Pesquisa Aplicada.**

Ação 1.10.1 – Sistematização das ações realizadas na 1ª Fase da Pesquisa Aplicada.

**Etapa 1.11 – Elaboração do Relatório da 2ª Fase da Pesquisa Aplicada.**

Ação 1.11.1 – Sistematização das ações realizadas na 2ª Fase da Pesquisa Aplicada.

**META 2 - ELABORAR O DOCUMENTO REFERENCIAL PARA A IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS, PROGRAMAS E PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO NACIONAL**

**Etapa 2.1 - Elaboração da Metodologia de Implantação da Política Nacional de Qualificação no Turismo**

Ação 2.1.1 – Sistematização das metodologias criadas no recorte espacial da pesquisa para a implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial, conforme realidade das 5 regiões, contendo os resultados da pesquisa aplicada nas 30 Rotas Estratégicas.

Ação 2.1.2- Elaboração de um Relatório Técnico da Pesquisa Aplicada contendo as 2 fases do processo.

**Etapa 2.2 - Estruturação do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo:**

Ação 2.2.1 - Construção de metodologias e documentos referenciais, necessários a institucionalização formal das Redes de Base Territorial, estruturação da oferta nacional de qualificação/capacitação para a implantação dos Planos Territoriais, Programas e Projetos, dentro da perspectiva de Escolas de Turismo, em consonância com os princípios, premissas e proposições da PNQT.

**Etapa 2.3 - Indicação de Elementos Constituintes para a Formulação e Proposição de minuta de Portaria, o qual poderá ser Interministerial a depender dos resultados das discussões com o Ministério da Educação (MEC):** voltada à de institucionalização do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo.

Ação 2.3.1 - Elaboração de portaria interministerial no âmbito dos Ministérios do Turismo e da Educação voltada à institucionalização do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo.

**Etapa 2.4 - Concepção de Referenciais Metodológicos para Implantação de Plano, Programa e Projeto no Município de Alcântara/MA:**

Ação 2.4.1 - Realização de diagnóstico participativo no município de Alcântara/MA, com o intuito de identificar as demandas reais da base territorial para os cursos de qualificação profissional.

Ação 2.4.2 - Elaboração do relatório sobre as demandas de qualificação indicando o público e apontando os potenciais parceiros .

Ação 2.4.3 - Elaboração de curso piloto para o município de Alcântara/MA.

**META 3 – ELABORAR UM CURSO EM EAD PARA A CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO**

**Etapa 3.1 – Elaboração do Curso em EAD para a multiplicação das metodologias construídas na implantação do Plano Nacional de Qualificação no Turismo, adaptado à plataforma do MTur.**

Ação 3.1.1 – Criação do design do Curso (objetivos, conteúdo, metodologia). O conteúdo versará sobre os processos metodológicos de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territoriais validados pelos atores participantes, com o objetivo de sua reprodução em território nacional.

Ação 3.1.2 – Produção do Curso Virtual (filmagem das aulas edição das vídeos-aula).

## 2.6. DA EXCEPCIONALIDADE

Ressalta-se que nos territórios em que for identificada a impossibilidade de realização das ações de forma presencial, as ações serão desenvolvidas por via remoto (online). Entretanto, cabe destacar que os recursos orçamentários deverão ser devidamente ajustados no momento oportuno ou restituídos ao final de projeto.

## 2.7. PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS A SEREM GERADOS

Item	Produto	Descrição	Observações
I	Relatório da Primeira etapa da Pesquisa Aplicada	Documento contendo a Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional	O recorte espacial contemplado no Documento está conforme o item 2.3.3 deste Plano de Trabalho
II	E-book	Documento de referência com a metodologia de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT em formato de e-book	O recorte espacial contemplado no Documento está conforme o item 2.3.3 deste Plano de Trabalho
III	Tutorial	Documento com o Tutorial	O Tutorial deverá ser compatível com a Plataforma de banco de dados existente do MTur
IV	Relatório de execução da Segunda Etapa da Pesquisa Aplicada	Relatório da Segunda Etapa da Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional	O recorte espacial contemplado no Documento está conforme o item 2.3.3 deste Plano de Trabalho

## 2.8. PRODUTOS FINAIS A SEREM GERADOS

Item	Produto	Descrição
V	Documento Síntese	<b>Documento Síntese</b> contendo o referencial metodológico para implantação do Plano Nacional de Qualificação no Turismo, contemplando as 5 regiões. Sistematização das metodologias criadas no recorte espacial da pesquisa para a implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial, conforme realidade das 5 regiões.

VI	Curso em EAD	<b>Curso em EAD</b> sobre as metodologias de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT, com o objetivo de instrumentalizar os municípios não participantes da Pesquisa, de forma a serem integrados à Política de Qualificação.
VII	Documento Técnico	<b>Estruturação do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo</b> com metodologias e documentos referenciais para a institucionalização formal das Redes de Base Territorial, Escolas Nacionais de Turismo.
VIII	Minuta Portaria	<b>Indicação de elementos constituintes para a formulação e proposições de minuta de Portaria</b> , o qual poderá ser Interministerial a depender dos resultados das discussões com o Ministério da Educação (MEC): voltada à de institucionalização do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo.
IX	Documento Técnico	<b>Plano Territorial, Programa e Projeto (Curso Piloto) para o município de Alcântara/MA</b>
X	Relatório Final da Pesquisa Aplicada	<b>Relatório Final</b> da Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.

### 3. DOS RESULTADOS ESPERADOS

As ações empreendidas com a implantação da PNQT proporcionarão disponibilizar uma metodologia para a implementação de um banco de dados, contendo informações sistematizadas sobre a demanda e a oferta de qualificação e, a constituição de um plano com programas, projetos e ações de formação, se constituindo em uma importante ferramenta de gestão e planejamento federal, estadual e municipal, uma vez que permitirá ao gestor diagnosticar a demanda, estabelecer prioridades e, sobretudo a efetividade na aplicação dos recursos, propiciando o alcance da finalidade maior que é aumentar a qualidade e a competitividade dos destinos turísticos.

Espera-se que a política de qualificação profissional, propicie a formação dos sujeitos autônomos, protagonista de cidadania ativa e melhor preparados tecnicamente para o mundo do trabalho, acompanhando as revoluções científicas e tecnológicas.

Além disso, tem-se como expectativa com a implantação da PNQT, promover:

1. Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a educação de jovens e adultos;
2. A inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;
3. O aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade, ou o aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo; e

4. A elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados e aumento da competitividade do turismo nacional.

A implantação da Política Nacional de Qualificação no Turismo é primordial, pois indicará de modo estruturante o rumo a ser trilhado para a qualificação do setor de turismo no País, a partir da construção de caminhos metodológicos com aplicabilidade real nas diferentes realidades nacionais.

## 4. DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

### 4.1. CONCEDENTE

#### A) CONCEDENTE

Ministério do Turismo (MTur)

#### B) COMPETE AO PARTÍCIPLE DESCENTRALIZADOR:

- 1) estabelecer no Plano de Trabalho (PT) as prioridades técnicas e as diretrizes de execução dos recursos a serem descentralizados juntamente com o Partíciepe Recebedor/Executor;
- 2) descentralizar ao Partíciepe Recebedor/Executor os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das ações objeto do presente PT aprovado, obedecendo ao referido Cronograma de Desembolso;
- 3) verificar se os conteúdos elaborados contemplem os temas solicitados;
- 4) analisar os relatórios de execução física enviados pelo Partíciepe Recebedor/Executor e emitir parecer sob o aspecto técnico quanto à execução física e ao alcance dos objetivos do presente PT;
- 5) acompanhar e avaliar a execução do objeto deste PT, por meio de servidor especificamente designado para esse fim, informando ao Partíciepe Recebedor/Executor quando forem detectadas ocorrências de eventuais desvios;
- 6) homologar os produtos intermediários e finais;
- 7) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Instrumento, no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; e.
- 8) publicar, em extrato, o presente **Termo de Execução Descentralizada**, no Diário Oficial da União.

### 4.2. EXECUTOR

#### A) UNIDADE PROPONENTE

Universidade de Brasília (UnB)

#### B) COMPETE AO PARTÍCIPLE RECEBEDOR/EXECUTOR

- 1) executar o objeto deste Plano de Trabalho (PT) aprovado, observando os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
- 2) receber e movimentar os recursos financeiros, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exclusiva e tempestivamente no cumprimento do objeto pactuado;
- 3) exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste PT;
- 4) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Plano de Trabalho, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- 5) disponibilizar dados, informações e orientações necessários ao bom desenvolvimento e consecução do objeto deste PT;
- 6) designar responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste PT;
- 7) facilitar a supervisão e fiscalização pelo Partície descentralizador, permitindo-lhe o acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitados, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste PT;
- 8) informar ao Partície descentralizador quaisquer ocorrências que dificultem ou interrompam a execução do objeto deste PT;
- 9) adotar todas as medidas necessárias à correta execução do objeto deste PT;
- 10) realizar a apresentação dos resultados parciais de cada etapa por meio de oficinas participativas/seminários com representantes do MTur sobre a metodologia e com coordenadores regionais para o processo de sistematização dos resultados parciais, conforme cronograma de execução no Plano de Trabalho;
- 11) apresentar relatório de atividades anualmente, contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos ao final de cada exercício, bem como ao final da execução do objeto deste PT, ou quando solicitado pela unidade descentralizadora dos recursos, em formato “word” e “excel”;
- 12) entregar ao MTur todo o conteúdo e material produzido para os cursos de base territorial;
- 13) atribuir os créditos do MTur, sob forma textual, nos elementos documentais previstos neste PT, como Apresentação, Introdução ou Quarta Capa, e com a aplicação de sa(s) logomarca(s), de modo alinhado na primeira capa, com a logomarca da Universidade de Brasília:
  - Na segunda capa da publicação, quando houver, devem constar as autoridades do MTur; e
  - Na equipe técnica, no fim dos documentos, devem constar os nomes dos técnicos envolvidos na produção dos resultados gerados a partir deste Plano de Trabalho.
- 14) subsidiar o MTur quando das manifestações dos órgãos de controle e da mídia sempre que as informações requisitadas envolverem o objeto do presente PT;

- 15) viabilizar a transferência de conhecimento ao MTur, sem ônus adicionais, conforme etapa 1.8;
- 16) prestar contas dos recursos descentralizados, no âmbito do presente PT, em sua tomada de contas anual a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo da União;
- 17) restituir, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste PT, os saldos dos créditos orçamentários e financeiros descentralizados e porventura não empenhados nos respectivos exercícios;
- 18) concluir o objeto do Plano de Trabalho aprovado nos prazos estabelecidos ou nos prazos eventualmente prorrogados;
- 19) informar ao MTur quando for identificada a impossibilidade de realização das ações de forma presencial. Os recursos orçamentários deverão ser devidamente ajustados no momento oportuno ou restituídos ao final de projeto.

## 5. FASES DE EXECUÇÃO

O objeto será executado em três fases, conforme cronogramas de execução a seguir apresentados:

- 5.1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA 1<sup>a</sup> FASE (ANEXO - I)**
- 5.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA 2<sup>a</sup> FASE (ANEXO - II)**
- 5.3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA 3<sup>a</sup> FASE (ANEXO - III)**

## 6. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA ENTREGA
I	<b>Relatório Final da 1<sup>a</sup> Fase</b> da Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.	<b>12 de setembro de 2020</b>
II	<b>Livro Eletrônico (E-BOOK)</b> Documento de referência com a metodologia de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT em formato de e-book.	<b>12 de setembro de 2020</b>
III	<b>Documento Técnico</b> contendo um <u>Tutorial</u> para utilização dos Indicadores do SPMA.	<b>01 de julho de 2020</b>
IV	<b>Relatório Final da 2<sup>a</sup> Fase</b> da Pesquisa de Metodologias para os Planos Territoriais e Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.	<b>16 de maio de 2022</b>
V	<b>Documento Síntese</b> do Plano Nacional de Qualificação no Turismo	<b>21 de junho de 2021</b>
VI	<b>Curso em EAD</b> sobre as metodologias de implantação dos Planos, Programas e Projetos de base territorial da PNQT, com o objetivo de instrumentalizar os municípios não participantes da Pesquisa, de forma a serem integrados à Política de Qualificação.	<b>16 de maio de 2022</b>

VII	<b>Estruturação do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo</b> com metodologias e documentos referenciais para a institucionalização formal das Redes de Base Territorial, Escolas Nacionais de Turismo.	<b>16 de maio de 2022</b>
VIII	<b>Indicação de elementos constituintes para a formulação e proposição de minuta de Portaria, o qual poderá ser Interministerial a depender dos resultados das discussões com o Ministério da Educação (MEC): voltada à de institucionalização do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo.</b>	<b>16 de maio de 2022</b>
IX	<b>Plano Territorial, Programa e Projeto (Curso Piloto) para o município de Alcântara/MA.</b>	<b>18 de outubro de 2021</b>
X	<b>Relatório Final da Pesquisa Aplicada: Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.</b>	<b>16 de maio de 2022</b>

## 7. PLANO DE APLICAÇÃO

### 7.1. PLANO DE APLICAÇÃO PARA A 1ª FASE

<b>2019</b>		
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
33.90.20.01	Auxílio financeiro a Pesquisadores	R\$ 826.500,00
33.90.39.00	Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica	R\$ 89.290,00
33.90.36	Outros serviços de terceiro - Pessoa Física	R\$ 8.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 923.790,00</b>

<b>2020</b>		
<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
33.90.39.00	Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica	R\$ 22.400,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$22.400,00</b>

### 7.2. PLANO DE APLICAÇÃO PARA 2ª FASE

<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>

33.90.20.01	Auxílio financeiro a Pesquisadores	R\$ 1.701.500,00
33.90.39.00	Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica	R\$ 312.110,00
33.90.36	Outros serviços de terceiro - Pessoa Física	R\$ 8.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.021.610,00</b>

### 7.3 PLANO DE APLICAÇÃO PARA A 3<sup>a</sup> FASE

2021		
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
33.90.20.01	Auxílio financeiro a Pesquisadores	R\$ 171.000,00
33.90.39.00	Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica	R\$ 25.650,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 196.650,00</b>

### 8. CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DESEMBOLSO

META	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	EXERCÍCIO
<b>1 - Fase 1</b>	Elaborar Referenciais Metodológicos para Implantação dos Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional para as <u>08 Rotas</u> Estratégicas.	946.190,00	2019-2020
<b>1 - Fase 2</b>	Elaborar Referenciais Metodológicos para Implantação dos Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional para as <u>22 Rotas</u> Estratégicas.	1.852.650,00	2020-2021
<b>2 - Fase 2</b>	Elaborar o Documento referencial para a Implantação dos Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional.	137.500,00	2020-2021
<b>3 - Fase 2</b>	Curso em EAD.	31.460,00	2020-2022
<b>1 - Fase 3</b>	<b>Estruturar o Sistema Nacional de Qualificação no Turismo</b> com metodologias e documentos referenciais para a institucionalização formal das Redes de Base Territorial, Escolas Nacionais de Turismo.	108.750,00	2021
<b>2 - Fase 3</b>	<b>Indicar elementos constituintes para a formulação e proposição de minuta de Portaria, o qual poderá ser Interministerial a depender dos resultados das discussões com o Ministério da Educação (MEC):</b> voltada à de institucionalização do Sistema Nacional de Qualificação no Turismo.	63.750,00	2021

3 - Fase 3	Elaborar Plano Territorial, Programa e Projeto (Curso Piloto) para o município de Alcântara/MA.	24.150,00	2021
	<b>TOTAL</b>	<b>3.164.450,00</b>	

## 9. CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR FASE DO PROJETO

FASE	VALOR (R\$) A DESEMBOLSAR	EXERCÍCIO
1ª Fase	923.790,00	2019
1ª Fase	22.400,00	2020
2ª Fase	2.021.610,00	2020
3ª Fase	196.650,00	2021
<b>TOTAL</b>	<b>3.164.450,00</b>	

## 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

NÚMERO DE PARCELAS	FASE	MÊS DE LIBERAÇÃO	VALOR (R\$)
1ª	1ª	Dezembro/2019	946.190,00
2ª	2ª	Junho/2020	1.852.650,00
3ª	2ª	Agosto/2020	137.500,00
4ª	2ª	Dezembro/2020	31.460,00
5ª	3ª	Agosto /2021	80.000,00
6ª	3ª	Outubro/2021	116.650,00
<b>TOTAL</b>			<b>3.164.450,00</b>

## 11. VIGÊNCIA DO PLANO DE TRABALHO

11.1. TEMPO DE VIGÊNCIA	11.2. A PARTIR DA (E)
De 12 dezembro de 2019 a 1º de agosto de 2022.	Data de Assinatura.

## 12. APROVAÇÃO

**ANDRÉA DE SOUZA PINTO**  
Diretora de Qualificação do Turismo

**MARUTSCHKA MARTINI MOESCH**  
Diretora do Centro de Excelência em Turismo

**FABIO AUGUSTO OLIVEIRA PINHEIRO**  
Secretário Nacional de Desenvolvimento  
e Competitividade do Turismo

**MARCIA ABRAHÃO MOURA**  
Reitora da Universidade de Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 28/03/2022, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Oliveira Pinheiro, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo**, em 30/03/2022, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1439836** e o código CRC **D3AC0DAE**.